



Informativo TSE

Informativo TSE – Ano VII – Nº 23

Brasília, 8 a 14 de agosto de 2005

SESSÃO PÚBLICA

Embargos de declaração em agravo regimental em agravo de instrumento. Transferência de domicílio. Usurpação de competência do Plenário. Não-ocorrência. Sustentação oral no julgamento de agravo regimental. Impossibilidade. Caráter protelatório.

É constitucional a prerrogativa conferida pelo RITSE ao relator para dar ou negar provimento a pedido ou recurso para deferir a transferência de domicílio do eleitor. Na linha da jurisprudência desta Corte e do STF, é incabível sustentação oral em sede de julgamento de agravo regimental. Rejeitam-se os embargos de declaração que, por inconsistência das alegações, não indicam fatos que traduzem obscuridade, dúvida, omissão ou contradição. Cumprimento imediato do acórdão embargado. Nesse entendimento, o Tribunal rejeitou os embargos de declaração. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 2.170/BA, rel. Min. Gilmar Mendes, em 9.8.2005.

Embargos de declaração em embargos de declaração. Mandado de segurança. Voto em trânsito. Eleições 2004. Perda do objeto. Embargos protelatórios. Incidência do art. 275, § 4º, do Código Eleitoral.

Não há contradição, obscuridade, dúvida ou omissão a ser sanada. As razões de inconformismo constituem mera repetição das anteriores e, como tais, insuficientes para o acolhimento de embargos de declaração com efeitos modificativos, que, somente são admitidos quando constatada a existência de omissão, contradição ou obscuridade capaz de alterar o resultado do julgamento. Nesse entendimento, o Tribunal rejeitou os embargos de declaração. Unânime.

2º Embargos de Declaração no Mandado de Segurança nº 3.273/RO, rel. Min. Gilmar Mendes, em 9.8.2005.

Recurso especial. Eleições 2004. Ação de investigação judicial eleitoral. Partido coligado. Ilegitimidade ativa.

A coligação aperfeiçoa-se com o acordo de vontade das agremiações políticas envolvidas e com homologação deste pela Justiça Eleitoral. A partir de tal acordo considera-se que os partidos estão coligados. O partido coligado não possui legitimidade para, isoladamente, propor investigação judicial.

Nesse entendimento, o Tribunal conheceu do recurso e lhe deu provimento. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 25.015/SP, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, em 9.8.2005.

Recurso especial. Registro. Cassação. Candidato. Substituição.

O ato de cassação do registro é exaustivo não cabendo ter como implícito o envolvimento da candidatura do vice-prefeito. A substituição de candidato faz-se sem a impossibilidade de parente daquele que teve registro cassado vir a apresentar-se. Nesse entendimento, o Tribunal conheceu do recurso e lhe negou provimento. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 25.082/PR, rel. Min. Marco Aurélio, em 9.8.2005.

Recurso especial. Conduta vedada (art. 73, VI, b, Lei nº 9.504/97). Propaganda institucional. Divulgação.

Para que se configure a conduta vedada no art. 73, VI, b, da Lei nº 9.504/97, basta a veiculação da propaganda institucional nos três meses anteriores ao pleito, independentemente de a autorização ter sido concedida ou não nesse período. Não se verifica a divergência jurisprudencial quando o entendimento constante dos acórdãos paradigmas já se encontra superado. Nesse entendimento, o Tribunal conheceu do recurso e lhe negou provimento. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 25.096/MG, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, em 9.8.2005.

Recurso especial. Abuso do poder político e de autoridade (arts. 74 da Lei nº 9.504/97 e 37, § 1º, da Constituição Federal).

A ação de investigação judicial eleitoral, por abuso de poder político, não sofre a limitação temporal da conduta vedada. Para a configuração do abuso é irrelevante o fato de a propaganda ter ou não sido veiculada nos três meses antecedentes ao pleito. Nesse entendimento, o Tribunal conheceu do recurso e lhe negou provimento. Unânime.

Recurso Especial Eleitoral nº 25.101/MG, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, em 9.8.2005.

SESSÃO ADMINISTRATIVA

Consulta. Matéria estranha ao campo eleitoral. Cassação de mandato por Câmara de Vereadores. Não-conhecimento.

A perda de mandato é tema pertinente ao Direito Constitucional, que ultrapassa os limites do Direito Eleitoral. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

Consulta nº 712/DF, rel. Min. Marco Aurélio, em 9.8.2005.

Lista tríplice. TRE/PA. Juiz substituto. Encaminhamento ao Poder Executivo.

Cumpridas as formalidades legais pertinentes, defere-se o encaminhamento da lista tríplice ao Poder Executivo, nos termos do art. 25, § 5º, do Código Eleitoral. Unânime.

Encaminhamento de Lista Tríplice nº 417/PA, rel. Min. Marco Aurélio, em 9.8.2005.

Processo administrativo. Representação mensal. Ministro presidente. Substituição.

Não há previsão legal para o pagamento de gratificação ao substituto do presidente do TSE em decorrência de afastamentos eventuais. Nesse entendimento, o Tribunal julgou prejudicado o questionamento. Unânime.

Processo Administrativo nº 19.392/DF, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, em 9.8.2005.

Revisão de eleitorado. Art. 92 da Lei nº 9.504/97. Requisitos. Ausência.

Indefere-se revisão de eleitorado quando o município não preenche todos os requisitos exigidos pela Res.-TSE nº 21.490/2003. Nesse entendimento, o Tribunal indeferiu o pedido. Unânime.

Revisão de Eleitorado nº 489/PE, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, em 9.8.2005.

PUBLICADOS NO DJ

ACÓRDÃO Nº 19, DE 30.9.2002

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 19/SP

RELATOR: MINISTRO FERNANDO NEVES

EMENTA: Exceção de suspeição. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Processo eleitoral. Amizade com candidato a presidente. Fato público.

Proximidade do pleito. Decisões já tomadas. Ausência de indicação e comprovação de fatos que demonstrem proteção ou favorecimento de candidato.

1. A jurisprudência do TSE admite a arguição de suspeição de magistrado para todo o processo eleitoral (REspe nºs 13.098, rel. Min. Sepúlveda Pertence, e 15.293, rel. Min. Eduardo Ribeiro).

2. A simples alegação de amizade não basta para fundamentar suspeição do magistrado.

3. Indeferimento.

DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 84, de 14.6.2005

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 84/SC

RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS

EMENTA: Recurso em *habeas corpus*. Provas. Exame. Impossibilidade. Ação penal. Trancamento. Justa causa. Ausência. Provimento negado.

Habeas corpus não é meio próprio para exame aprofundado de provas.

Se a denúncia descreve fato típico, mostra a materialidade e indícios da autoria, não se configura a justa causa para o trancamento da ação penal.

DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 882, DE 24.5.2005

RECURSO ORDINÁRIO Nº 882/SP

RELATOR: MINISTRO MARCO AURÉLIO

EMENTA: Votos. Captação ilegal. Curso profissionalizante gratuito. Material. Propaganda de candidato. Nexo causal. Configura captação ilícita de votos, glosada no art. 41-A da Lei nº 9.504/97, a manutenção de curso gratuito com entrega de material contendo propaganda eleitoral.

DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 3.546, DE 19.5.2005

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 3.546/PA

RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS

EMENTA: Agravo de instrumento. Embargos de declaração. Agravo regimental. Eleições 2002. Acórdão. Agravo regimental. Rejeição.

Rejeitam-se embargos declaratórios que não preenchem os requisitos do art. 275 do Código Eleitoral.

DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 23.965, DE 28.4.2005

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 23.965/SP

RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS

EMENTA: Agravo regimental. Recurso especial. Eleições 2004. Embargos de divergência. Previsão. Ausência. Fundamentos da decisão agravada não invalidados.

Incabíveis, no TSE, os embargos de divergência.

Nega-se provimento a agravo regimental que não ilide os fundamentos da decisão impugnada.

DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.002, DE 9.6.2005

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.002/GO

RELATOR: MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS

EMENTA: Embargos de declaração. Coligação. Unicidade. Omissão. Inexistência. Provimento.

A norma do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.504/97 é limitação que decorre da natureza intrínseca da coligação partidária: uma reunião de partidos que devem, em determinado pleito eleitoral, atuar num mesmo sentido.

Sem a adesão de todos os componentes, a representação manejada pela coligação torna-se nula.

DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.157, DE 31.5.2005

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.157/PI

RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA.

EMENTA: Recurso especial. Exceção de suspeição (art. 135, V, do CPC). Investigação judicial eleitoral. Suspensão do processo. Sentença proferida pelo juiz excepto. Suspeição não caracterizada.

A exceção de suspeição há de basear-se em uma das hipóteses enumeradas no Código de Processo Civil ou ainda por motivo de parcialidade partidária (art. 28, § 2º, do Código Eleitoral).

Para que incida o art. 135, V, do CPC, é necessário que haja prova do interesse do excepto na condução da causa.

Não caracteriza suspeita de parcialidade o fato de o juiz proferir sentença contrária às pretensões da parte, uma vez que a decisão é passível de impugnação pela via recursal própria.

Recurso especial provido.

DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.158, DE 31.5.2005**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.158/PI****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Recurso especial. Exceção de suspeição (art. 135, V, do CPC). Investigação judicial eleitoral. Suspensão do processo. Sentença proferida pelo juiz excepto. Suspeição não caracterizada.

A exceção de suspeição há de basear-se em uma das hipóteses enumeradas no Código de Processo Civil ou ainda por motivo de parcialidade partidária (art. 28, § 2º, do Código Eleitoral).

Para que incida o art. 135, V, do CPC, é necessário que haja prova do interesse do excepto na condução da causa.

Não caracteriza suspeita de parcialidade o fato de o juiz proferir sentença contrária às pretensões da parte, uma vez que a decisão é passível de impugnação pela via recursal própria.

Recurso especial provido.

DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.159, DE 31.5.2005**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.159/PI****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Recurso especial. Exceção de suspeição (art. 135, V, do CPC). Investigação judicial eleitoral. Suspensão do processo. Sentença proferida pelo juiz excepto. Suspeição não caracterizada.

A exceção de suspeição há de basear-se em uma das hipóteses enumeradas no Código de Processo Civil ou ainda por motivo de parcialidade partidária (art. 28, § 2º, do Código Eleitoral).

Para que incida o art. 135, V, do CPC, é necessário que haja prova do interesse do excepto na condução da causa.

Não caracteriza suspeita de parcialidade o fato de o juiz proferir sentença contrária às pretensões da parte, uma vez que a decisão é passível de impugnação pela via recursal própria.

Recurso especial provido.

DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.163, DE 31.5.2005**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.163/PI****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Recurso especial. Exceção de suspeição (art. 135, V, do CPC). Investigação judicial eleitoral. Suspensão do processo. Sentença proferida pelo juiz excepto. Suspeição não caracterizada.

A exceção de suspeição há de basear-se em uma das hipóteses enumeradas no Código de Processo Civil ou ainda por motivo de parcialidade partidária (art. 28, § 2º, do Código Eleitoral).

Para que incida o art. 135, V, do CPC, é necessário que haja prova do interesse do excepto na condução da causa.

Não caracteriza suspeita de parcialidade o fato de o juiz proferir sentença contrária às pretensões da parte, uma vez que a decisão é passível de impugnação pela via recursal própria.

Recurso especial provido.

DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.165, DE 31.5.2005**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.165/DF****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Recurso especial. Incorporação aos vencimentos do reajuste de 10,87%, relativo à inflação apurada entre

janeiro e junho de 1995, nos termos da MP nº 1.053/95. Impossibilidade.

Servidores públicos não se incluem no termo “trabalhadores” inserto na legislação citada (precedentes).

Recurso especial provido. Negado o mandado de segurança.
DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.168, DE 31.5.2005**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.168/DF****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Recurso especial. Incorporação aos vencimentos do reajuste de 10,87%, relativo à inflação apurada entre janeiro e junho de 1995, nos termos da MP nº 1.053/95. Impossibilidade.

Servidores públicos não se incluem no termo “trabalhadores” inserto na legislação citada (precedentes).

Art. 1º da Lei nº 5.021/66. Enunciados nºs 269 e 271 do Supremo Tribunal Federal. Incidência.

O *writ* somente se presta para o pagamento de valores, a contar da data da impetração.

Recurso especial provido. Negado o mandado de segurança.
DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.170, DE 31.5.2005**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.170/DF****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Recurso especial. Incorporação aos vencimentos do reajuste de 10,87%, relativo à inflação apurada entre janeiro e junho de 1995, nos termos da MP nº 1.053/95. Impossibilidade.

Servidores públicos não se incluem no termo “trabalhadores” inserto na legislação citada (precedentes).

Recurso especial provido. Negado o mandado de segurança.
DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.175, DE 31.5.2005**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.175/DF****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Recurso especial. Incorporação aos vencimentos do reajuste de 10,87%, relativo à inflação apurada entre janeiro e junho de 1995, nos termos da MP nº 1.053/95. Impossibilidade.

Servidores públicos não se incluem no termo “trabalhadores” inserto na legislação citada (precedentes).

Recurso especial provido. Negado o mandado de segurança.
DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.176, DE 31.5.2005**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.176/DF****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Recurso especial. Incorporação aos vencimentos do reajuste de 10,87%, relativo à inflação apurada entre janeiro e junho de 1995, nos termos da MP nº 1.053/95. Impossibilidade.

Servidores públicos não se incluem no termo “trabalhadores” inserto na legislação citada (precedentes).

Recurso especial provido. Negado o mandado de segurança.
DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.177, DE 31.5.2005**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.177/DF****RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA****EMENTA:** Recurso especial. Incorporação aos vencimentos do reajuste de 10,87%, relativo à inflação apurada entre

janeiro e junho de 1995, nos termos da MP nº 1.053/95. Impossibilidade.
Servidores públicos não se incluem no termo “trabalhadores” inserto na legislação citada (precedentes).
Recurso especial provido. Negado o mandado de segurança.
DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.178, DE 31.5.2005

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.178/DF

RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA

EMENTA: Recurso especial. Incorporação aos vencimentos do reajuste de 10,87%, relativo à inflação apurada entre janeiro e junho de 1995, nos termos da MP nº 1.053/95. Impossibilidade.

Servidores públicos não se incluem no termo “trabalhadores” inserto na legislação citada (precedentes).

Recurso especial provido. Negado o mandado de segurança.
DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.180, DE 31.5.2005

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.180/DF

RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA

EMENTA: Recurso especial. Incorporação aos vencimentos do reajuste de 10,87%, relativo à inflação apurada entre janeiro e junho de 1995, nos termos da MP nº 1.053/95. Impossibilidade.

Servidores públicos não se incluem no termo “trabalhadores” inserto na legislação citada (precedentes).

Recurso especial provido. Negado o mandado de segurança.
DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.188, DE 31.5.2005

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.188/DF

RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA

EMENTA: Recurso especial. Incorporação aos vencimentos do reajuste de 10,87%, relativo à inflação apurada entre janeiro e junho de 1995, nos termos da MP nº 1.053/95. Impossibilidade.

Servidores públicos não se incluem no termo “trabalhadores” inserto na legislação citada (precedentes).

Art. 1º da Lei nº 5.021/66. Enunciados nºs 269 e 271 do Supremo Tribunal Federal. Incidência.

O writ somente se presta para o pagamento de valores, a contar da data da impetração.

Recurso especial provido. Negado o mandado de segurança.
DJ de 5.8.2005.

ACÓRDÃO Nº 25.189, DE 31.5.2005

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.189/DF

RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA

EMENTA: Recurso especial. Incorporação aos vencimentos do reajuste de 10,87%, relativo à inflação apurada entre janeiro e junho de 1995, nos termos da MP nº 1.053/95. Impossibilidade.

Servidores públicos não se incluem no termo “trabalhadores” inserto na legislação citada (precedentes).

Recurso especial provido. Negado o mandado de segurança.
DJ de 5.8.2005.

RESOLUÇÃO Nº 22.029, DE 28.6.2005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.415/AP

RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA

EMENTA: Processo administrativo. Auto-aplicação do art. 93, XII da Constituição Federal. EC nº 45/2004. Término. Férias coletivas. Juízos e tribunais de segundo grau. Competência. Definição. Conselho Nacional de Justiça.

DJ de 5.8.2005.

DESTAQUE

RESOLUÇÃO Nº 22.031, DE 4.8.2005

INSTRUÇÃO Nº 88/DF

RELATOR: MINISTRO LUIZ CARLOS MADEIRA

Dispõe sobre pesquisas relativas ao referendo de 23 de outubro de 2005.

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 8º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, resolve expedir as seguintes instruções:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º As pesquisas de opinião pública relativas ao referendo obedecerão ao disposto nestas instruções.

Art. 2º A partir de 1º de agosto de 2005, as entidades e empresas que realizarem qualquer tipo de pesquisa de opinião pública relativa ao referendo, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar no Tribunal Superior Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, as seguintes informações:

- I – nome de quem contratou a pesquisa;
- II – valor e origem dos recursos despendidos no trabalho;
- III – metodologia e período de realização da pesquisa;

IV – plano amostral e ponderação quanto a sexo, idade, grau de instrução e nível econômico dos respondentes, bem como área física de realização do trabalho, intervalo de confiança e margem de erro;

V – sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo;

VI – questionário completo, aplicado ou a ser aplicado, inclusive com as perguntas que não tenham relação direta com o referendo;

VII – nome de quem pagou pela realização do trabalho;

VIII – número e data de registro em associação de classe que congregue empresas de pesquisa a que se encontram filiadas, caso o tenha;

IX – contrato social com a qualificação completa dos responsáveis legais, o endereço, o número de fac-símile e/ou o endereço de correio eletrônico em que receberão notificações e comunicados da Justiça Eleitoral;

X – nome do estatístico responsável pela pesquisa e o número de seu registro no competente Conselho Regional de Estatística;

XI – número do registro da empresa responsável pela pesquisa, caso o tenha, no competente Conselho Regional de Estatística.

§ 1º A contagem do prazo de que cuida o *caput* se fará com a inclusão do dia em que requerido o registro na Justiça Eleitoral.

§ 2º As entidades e empresas deverão informar, no ato do registro, o valor de mercado das pesquisas que realizarão por iniciativa própria.

§ 3º O contratante e a empresa realizadora da pesquisa são diretamente responsáveis pelo cumprimento do prazo de que cuida o *caput*.

Art. 3º O contrato social das entidades e empresas que realizarem pesquisas, com a qualificação completa dos responsáveis legais, o endereço, o número de fac-símile e/ou o endereço de correio eletrônico em que receberão notificações e comunicados da Justiça Eleitoral, poderá ser depositado na Secretaria Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral antes do pedido de registro da primeira pesquisa, mediante requerimento prévio, podendo o documento ser compulsado por qualquer pessoa.

Parágrafo único. As entidades e empresas que adotarem o procedimento previsto no *caput*, quando registrarem pesquisa, deverão informar o fato, ficando dispensadas de apresentar novamente a documentação referida, exceto na hipótese de alteração de algum dos dados antes informados.

Capítulo II

Do Registro das Pesquisas Eleitorais

Seção I

Do Processamento do Registro das Pesquisas Eleitorais

Art. 4º O pedido de registro poderá ser encaminhado, quando possível, por fac-símile, ficando dispensado o encaminhamento do original.

§ 1º A não-obtenção de linha ou a ocorrência de defeitos de transmissão ou de recepção correrá por conta e risco do interessado e não escusarão o cumprimento dos prazos legais.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral divulgará os números de linhas telefônicas que poderão ser utilizados para o fim previsto no *caput*.

Art. 5º Protocolizado e autuado na classe de petição o requerimento de registro de pesquisa, o presidente do Tribunal, na mesma data, fará a distribuição a um relator.

Art. 6º Caberá à Secretaria Judiciária, após a distribuição do processo:

I – providenciar a inclusão dos dados constantes do pedido de registro de pesquisa no sistema informatizado;

II – certificar o cumprimento do disposto no art. 2º destas instruções;

III – determinar a afixação do aviso comunicando o registro da pesquisa, no local de costume, para ciência dos interessados (Lei nº 9.504/97, art. 33, § 2º); e

IV – determinar a sua divulgação pela Internet.

Parágrafo único. As informações ficarão disponíveis a qualquer interessado, no Tribunal Superior Eleitoral, pelo prazo de trinta dias; após, serão arquivados os respectivos documentos.

Art. 7º Verificado o não-cumprimento do disposto no art. 2º destas instruções, a Secretaria Judiciária encaminhará o processo ao relator para decisão, no prazo de vinte e quatro horas, sobre a publicação da pesquisa ou para determinação de diligências.

Parágrafo único. O prazo para divulgação da pesquisa não se inicia sem o cumprimento dos requisitos destas instruções.

Seção II

Da Divulgação dos Resultados

Art. 8º Na divulgação dos resultados de pesquisas, atuais ou não, serão informados, obrigatoriamente, o período da

realização da coleta de dados, a margem de erro, o número de entrevistas, o nome de quem a contratou e o da entidade ou empresa que a realizou e o número dado à pesquisa pelo Tribunal Eleitoral.

Parágrafo único. Na divulgação de pesquisas no horário de propaganda gratuita, devem ser informados, com clareza, o período de sua realização e a margem de erro.

Art. 9º A divulgação de pesquisa realizada sem observância das disposições destas instruções ou sua reprodução, ainda quando anteriormente divulgada por órgão de imprensa, sujeita o responsável à sanção prevista no art. 299 do Código Penal.

Art. 10. No momento em que divulgado o resultado da pesquisa, deverão ser apresentados à Justiça Eleitoral, no prazo de até vinte e quatro horas, a contar de sua divulgação, os dados relativos aos municípios e bairros em que realizada, para que constem do pedido de registro.

Parágrafo único. Nos municípios que não possuem bairros devidamente identificados, deverá ser informada a área em que realizada a pesquisa.

Art. 11. O resultado das pesquisas eleitorais registradas deve ser depositado no Tribunal Superior Eleitoral, ainda que não seja divulgado, onde permanecerá à disposição dos interessados.

Art. 12. Mediante requerimento ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, as frentes parlamentares poderão ter acesso ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados das entidades que divulgaram pesquisas de opinião relativas ao referendo, incluídos os referentes à identificação dos entrevistadores e, por meio de escolha livre e aleatória de planilhas individuais, mapas ou equivalentes, confrontar e conferir os dados publicados, preservada a identidade dos respondentes.

§ 1º Imediatamente após tornarem pública a pesquisa, as empresas e as entidades mencionadas no art. 2º destas instruções colocarão à disposição das frentes parlamentares as informações registradas na Justiça Eleitoral e outras que possam ser divulgadas, bem como os resultados completos; esses dados poderão ser fornecidos em meio magnético, impresso ou encaminhados por correio eletrônico, quando solicitados, e divulgados na Internet, na página da empresa.

§ 2º As empresas permitirão aos interessados o acesso ao sistema interno de controle e a verificação e fiscalização da coleta de dados no local em que centralizam a compilação dos resultados de suas pesquisas.

§ 3º Quando o local em que se compilou o resultado da pesquisa não coincidir com o município em que esta foi efetuada, as empresas colocarão à disposição dos interessados, na sede desse município, o relatório entregue ao cliente e o modelo do questionário aplicado, para facilitar a conferência dos dados publicados.

§ 4º A comprovação de irregularidade nos dados publicados sujeita os responsáveis à sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo da obrigatoriedade da veiculação dos dados corretos no mesmo espaço, local, horário, página, caracteres e outros elementos de destaque, de acordo com o veículo usado.

Art. 13. A divulgação, ainda que incompleta, de resultado de pesquisa sem o prévio registro das informações de que trata o art. 2º destas instruções, sujeita o instituto de pesquisa, o contratante da pesquisa, o órgão de imprensa, ou qualquer outro responsável à sanção prevista no art. 299 do Código Penal.

§ 1º O veículo de comunicação social arcará com as consequências da publicação de pesquisa não registrada, mesmo que esteja reproduzindo matéria veiculada em outro órgão de imprensa.

§ 2º Estarão isentos de sanção os institutos de pesquisa que comprovarem que a pesquisa foi contratada com cláusula de não-divulgação e que esta decorreu de ato exclusivo de terceiros, hipótese em que apenas estes responderão pelas sanções previstas.

Art. 14. A divulgação de pesquisa fraudulenta será punida nos termos do art. 299 do Código Penal.

Seção III Das Impugnações

Art. 15. O Ministério Público Eleitoral e as frentes parlamentares estão legitimados para impugnar a realização e/ou divulgação de pesquisas eleitorais, quando não atendidas as exigências contidas nestas instruções.

Art. 16. Havendo impugnação, o processo será reautuado como representação e encaminhada no mesmo dia ao relator da petição.

§ 1º A Secretaria Judiciária notificará imediatamente o representado, preferencialmente por fac-símile ou correio eletrônico, para que, querendo, apresente defesa em quarenta e oito horas.

§ 2º Considerando a relevância do direito invocado e a possibilidade de prejuízo de difícil reparação, o relator poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão da divulgação dos resultados da pesquisa impugnada ou a inclusão de esclarecimento sucinto na divulgação de seus resultados.

Capítulo III Disposições Gerais

Art. 17. As pesquisas eleitorais poderão ser divulgadas a qualquer tempo, inclusive no dia do referendo (Constituição, art. 220, § 1º).

Art. 18. As pesquisas realizadas no dia do referendo podem ser divulgadas a partir das 17 horas nos estados em que a votação já se houver encerrado.

Art. 19. Na divulgação dos resultados de enquetes ou sondagens, deverá ser informado não se tratar de pesquisa eleitoral, mas de mero levantamento de opiniões, sem controle de amostra, o qual não utiliza método científico para sua realização, dependendo, apenas, da participação espontânea do interessado.

Parágrafo único. A divulgação de resultados de enquetes ou sondagens sem o esclarecimento previsto no *caput* será considerada divulgação de pesquisa eleitoral, permitindo a aplicação das sanções previstas.

Art. 20. As notificações por fac-símile ou correio eletrônico e o recebimento de petições pela Internet, por meio do serviço “Petição *On-line*”, far-se-ão na forma disciplinada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 21. Aplica-se, no que couber, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Art. 22. Estas instruções entram em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.
Brasília, 4 de agosto de 2005.

Ministro CARLOS VELLOSO, presidente – Ministro LUIZ CARLOS MADEIRA, relator – Ministro GILMAR MENDES – Ministro CEZAR PELUSO – Ministro CESAR ASFOR ROCHA – Ministro JOSÉ DELGADO – Ministro CAPUTO BASTOS.

DJ de 11.8.2005.

ERRATA

Agravo regimental. Agravo. Eleição 2004. Representação. (Lei nº 9.504/97, art. 73.) Procedência. Fundamento não ilidido.

Em recurso especial, apenas se permite o reexame da solução dada pela instância ordinária que tenha ofendido a lei e a Constituição Federal, mas não o de prova. Para alterar o entendimento do Tribunal de origem – uso de verba dos cofres públicos para custear showmício, faz-se necessário o exame do acervo fático-probatório, o que, como cediço, é inexequível em sede de recurso especial (súmulas nºs 279/STF e 7/STJ). Nega-se provimento ao agravo, quando não ilidido o fundamento do *decisum* atacado. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5.654/MT, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 4.8.2005.

ERRATA

Onde se lê: “Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5.654/MT, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 4.8.2005.”, leia-se:

“Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5.654/MS, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 4.8.2005.”

O **Informativo TSE** já está disponível na Internet.
Visite a página do TSE: www.tse.gov.br

O **Informativo TSE**, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.